

ÍNDICE GERAL

PARTE I

O DIREITO DE AUTOR COMO RAMO DO DIREITO OBJECTIVO

TÍTULO I

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

Noções prévias

	Págs.
1. Criação intelectual e exclusivo	11
2. Antecedentes da protecção do autor	12
3. Os direitos conexos	13
4. A evolução posterior	14
5. A relevância económica	15
6. A evolução da lei portuguesa	17
7. O Código actual	20
8. Incidências internacionais	22
9. Terminologia	22
10. Bibliografia	23
11. Razão de ordem	24

CAPÍTULO II

O Direito de Autor como ramo do Direito Civil

12. A autonomização como ramo do direito	24
13. A colocação na enciclopédia jurídica	28
14. O Direito de Autor como ramo do Direito Civil	29
15. A Propriedade Industrial	31

CAPÍTULO III

O Direito Internacional do Autor

16. O problema. A «territorialidade» das leis nacionais	32
17. O princípio da personalidade	34

	Págs.
18. O reconhecimento internacional dos direitos	35
19. A Convenção de Berna	36
20. Convenção Universal do Direito de Autor	38
21. Outras convenções multilaterais	40
22. Determinação da lei aplicável	41
23. A reciprocidade material	43
24. Reciprocidade e convenção internacional	45
25. Relação com a lei do país de origem	46
26. Âmbito de tutela das convenções internacionais	47
27. Sobre a aplicação das convenções aos dissídios internos	48
28. «Publicação» nos instrumentos internacionais	50
29. O país de origem	52
30. O critério básico da lei portuguesa	53

PARTE II

A ESTATICA

TÍTULO I

OBJECTO

CAPÍTULO I

A obra literária ou artística

31. A criação do espírito	57
32. Ideias, processos, temas	58
33. A exteriorização duma criação do espírito	60
34. A materialização no exemplar	61
35. O suporte material	62
36. O direito sobre o exemplar	64
37. Forma e conteúdo. O plágio	65
38. Carácter objectivo da obra	67
39. A «obra literária e artística»	69
40. A tutela dos projectos	71
41. A exclusão dos modos de expressão obrigatória	74

SECÇÃO I

Programas de computador

42. Obras criadas por computador	75
43. Programa de computador; caracterização	76
44. Fórmula do programa e Direito de Autor	77
45. Obras dramáticas e dramático-musicais. A encenação	79
46. Obras fonográficas e radiofónicas	80
47. Obras audiovisuais	82

	Págs.
48. Compilações	84
49. Edições críticas	85
50. Classificações	85
51. Modificações da obra	87
52. Obra e divulgação	88
53. Criatividade	88
54. Individualidade	89
55. A destinação ou objectivo	91
56. Mérito	92
57. Obra utilitária e mérito	93
58. Carácter estético e originalidade	95
59. O «folclore»	97
60. Novidade	99
61. As coincidências fortuitas na criação	100
62. Posição adoptada	101
63. Paráfrases e paródias	103

CAPÍTULO II

O autor

SECÇÃO I

A criação isolada

64. O autor em técnica jurídica	105
65. Autor e criador intelectual	107
66. Determinação do autor	108
67. Nome e Direito de Autor	109
68. Cedência do direito ao nome	110
69. A independência de formalidades	112
70. Obras não protegidas	113
71. Obras oficiais	114
72. As obras protegidas incorporadas em obras oficiais	116
73. A «exclusão de protecção» do art. 7.º	117
74. Crítica do preceito	118
75. Obra antijurídica	120

SECÇÃO II

Criação integrada

76. A obra derivada	122
77. Distinção da obra de colaboração e da obra colectiva	123
78. O papel da empresa	124
79. Regime comum	125
80. Obra colectiva	126
81. Obra de colaboração e conexão de obras	127
82. Os co-autores	129

	Págs.
83. Natureza da «cessão» de direitos aos co-autores	130
84. Regime	132
85. Conexão de obras e obra compósita	134
86. Regime	135
87. Aplicação à obra radiofunda, cinematográfica, fonográfica e videográfica	136
88. Autoria da obra audiovisual	138
89. Restrição do círculo dos autores	139
90. Obra subsidiada	140
91. Obra para outrem ou de encomenda	141
92. Critério de atribuição	143
93. Regime	144
94. A obra na titularidade do criador intelectual	145
95. O estatuto particular dos entes públicos	147
96. Os parâmetros do sistema	148
97. Direito de autor e comunhão matrimonial de bens	149

SECÇÃO III

Representação

98. Representação do autor	150
99. Entidades de gestão colectiva: remissão	152
100. O exercício de direitos sobre a obra anónima e pseudónima	152
101. Vicissitudes da relação de representação	154

CAPÍTULO III

Publicação e divulgação

102. A utilização destes termos na lei interna	156
103. A primeira divulgação e as subsequentes	157
104. A primeira divulgação	158
105. O regime da obra antes da primeira divulgação	160
106. O pretenso carácter constitutivo da primeira divulgação	162
107. A posse do direito de autor	163

CAPÍTULO IV

Conteúdo do direito de autor: direitos pessoais

108. «Direitos» pessoais e direitos patrimoniais	166
109. Elenco	167
110. Tipicidade e vicissitudes	169
111. Direito ao inédito	170
112. Regime	171
113. Direito de retirada	173
114. As «razões morais»	174

	Págs.
115. Relação com o direito ao inédito	175
116. Direito à menção da designação	176
117. Exercício do direito	177
118. Direito à paternidade da obra	179
119. Direito à integridade da obra	180
120. Aplicações	181
121. As adaptações	182
122. A destruição da obra	184
123. O problema na obra de arquitectura	185
124. Direito de modificação: aspectos não abrangidos	187
125. A autorização a terceiros para modificar	189
126. Natureza destas autorizações	191
127. O direito de impor aos utilizadores modificações na obra	192
128. Inalienabilidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade	193
129. Atribuição	194

CAPÍTULO V

Direitos Patrimoniais

130. Delimitação	197
----------------------------	-----

SECÇÃO I

O exclusivo de exploração económica

131. Caracterização	198
132. O uso privado	200
133. Âmbito da categoria	201
134. A utilização sem intuito de lucro	202
135. Diferenças de regime	203
136. Modalidades	205
137. Classificação segundo o conteúdo	206
138. Enunciado das faculdades concedidas	207
139. Princípios caracterizadores, Liberdade	208
140. Indeterminação	209
141. Autonomia das várias faculdades	210

SECÇÃO II

Utilizações livres

142. Limites do exclusivo de utilização económica	212
143. «Licenças legais»	213
144. Licença compulsória ou compulsiva	214
145. Natureza das utilizações livres	216
146. Citação	217
147. Restrições para fins de informação pública	220
148. Restrições para fins de ensino, cultura e investigação científica	221

	Págs.
149. Uso privado de entes colectivos	222
150. Significado destas restrições	223
151. Apreciação geral	223
152. Princípios comuns	225
153. Limitações extrínsecas	227

SECÇÃO III

Faculdades instrumentais

SUBSECÇÃO I

Reprodução

154. Fixação e reprodução	228
155. Caracterização	229
156. Carácter típico	231
157. Regime	232

SUBSECÇÃO II

Reprodução

158. Distinção de outros modos de utilização	234
159. O exemplar	235
160. Limites	237

SUBSECÇÃO III

Reprografia e processos análogos

161. Situações abrangidas	239
162. Avaliação do fenómeno: ponto de vista cultural	240
163. Ponto de vista económico	241
164. Ponto de vista jurídico	243
165. As soluções	244
166. Limitação do sistema aos casos em que não há autorização prévia nem remuneração individual	245
167. A situação portuguesa	247
168. A estrutura global a instituir	249
169. A «quantia»	251

SUBSECÇÃO IV

Transformação

170. Noção	254
171. Transformação e modificação	254
172. Obra derivada e obra originária	255
173. O regime legal	256
174. O direito de tradução	258
175. A consagração na ordem internacional	259

	Págs.
176. As relações internacionais	261
177. O direito do tradutor	262
178. Quem é tradutor?	263

SUBSECÇÃO V

Conexão com obra diferente

179. Caracterização da obra composta	264
180. Utilização das obras singulares	266
181. Utilização da obra composta	267

SUBSECÇÃO VI

Modificação

182. Caracterização e razão de ordem	268
--	-----

SUBSECÇÃO VII

Pôr em circulação

183. A autonomia desta faculdade	269
184. O esgotamento do direito	272
185. Carácter absoluto do princípio do esgotamento	273
186. Os direitos que sobrevivem ao esgotamento	275

SECÇÃO IV

Exploração económica por apresentação ou comunicação da obra ao público

SUBSECÇÃO I

Generalidades

187. Caracterização	277
188. Carácter público e lugar público	278
189. Modalidades	280
190. Carácter público e fim lucrativo	282

SUBSECÇÃO II

Representação cénica

191. Caracterização	284
-------------------------------	-----

SUBSECÇÃO III

Recitação e execução

192. Caracterização	286
193. Regime	287

SUBSECÇÃO IV

Comunicação a ambiente diferente

194. Justificação	Págs.
195. Âmbito	288
	289

SUBSECÇÃO V

Exposição

196. Equacionamento	297
197. Direito de exposição e propriedade do exemplar	291

SUBSECÇÃO VI

Exibição

198. Caracterização	292
---------------------	-----

SUBSECÇÃO VII

Construção

199. Caracterização e regime	294
------------------------------	-----

SUBSECÇÃO VIII

Rádiodifusão

200. Caracterização	296
201. Rádiodifusão e obra radiofónica	297
202. A necessidade de autorização	298
203. Regime	299
204. A liberdade da recepção	301
205. A rádiodifusão ulterior	302
206. A transmissão por cabo ou fio	304
207. A rádiodifusão por intermédio de satélites	305
208. Os satélites de rádiodifusão indirecta	307
209. Os satélites de rádiodifusão directa	308
210. Comunicação pública de obra radiodifundida	310
211. O direito de remuneração	312
212. As ultra-utilizações da obra radiodifundida	313

SUBSECÇÃO IX

Apresentação pública de obra fixada

213. Caracterização	314
214. Regime	315

CAPÍTULO VI

Direitos de remuneração

SECÇÃO I

Preliminares

215. Figuras abrangidas	Págs.
	317

SECÇÃO II

Direito de sequência

216. Caracterização	318
217. Preço ou aumento de preço?	320
218. Sujeito activo é o titular originário	323
219. Sujeito activo é o criador intelectual	324
220. Disposição e extinção	325
221. Regime	326

SECÇÃO III

A remuneração em consequência da reprografia e processos análogos

222. Razão de ordem	327
---------------------	-----

CAPÍTULO VII

Direitos complementares

223. Caracterização	328
---------------------	-----

CAPÍTULO VIII

Direitos do criador intelectual

224. Direitos independentes do direito de autor	329
---	-----

CAPÍTULO IX

Duração. Domínio Público

225. Razão de ordem	331
226. O prazo comum de tutela <i>post mortem auctoris</i>	331
227. Apreciação	333
228. A duração dos direitos pessoais	334
229. Obra póstuma, obra de colaboração, obra colectiva	337
230. Limitações do prazo atendendo à natureza da obra	338
231. Limitações do prazo atendendo à titularidade da obra	339

	Págs.
232. Direitos conexos	341
233. Regras sobre contagem de prazos	342
234. <i>Terminus a quo</i>	343
235. A prova do decurso do prazo de protecção	344
236. Domínio público. O domínio público remunerado	345
237. Direitos pessoais	346
238. A defesa do património cultural pelo Estado	348

PARTE III

A DINÂMICA

TÍTULO I

VICISSITUDES

CAPÍTULO I

Generalidades

239. Programa	353
-------------------------	-----

CAPÍTULO II

Constituição

240. Modalidades	355
----------------------------	-----

CAPÍTULO III

Variações subjectivas

241. Caracterização geral	357
-------------------------------------	-----

SECÇÃO I

Direitos pessoais

242. A derivação do criador intelectual	357
---	-----

SUBSECÇÃO I

Por morte

243. O herdeiro que não é titular dos direitos patrimoniais	358
244. Exclusão da sucessão em direitos pessoais	360
245. O herdeiro que for adquirente de direitos patrimoniais	362
246. O transmissário de direitos patrimoniais	364
247. O direito ao inédito	366

SUBSECÇÃO II

Em vida

	Págs.
248. Rejeição da transmissibilidade	367
249. A reserva da valoração ética ao autor	370

SECÇÃO II

Direitos patrimoniais

250. Disponibilidade	372
251. Modalidades	373
252. Direito de sequência	374
253. Regime sucessório	375
254. Efeitos	376
255. A transmissão	377
256. Regime	378
257. A transmissão parcial	380
258. Oneração e não desmembramento	381
259. Oneração em sentido estrito	383
260. Autorização	385
261. Critérios de distinção inadequados	386
262. Natureza dos direitos derivados da autorização	388
263. Aspectos lacunosos	390
264. Da inexistência de um dever de uso	390
265. Aquisição do suporte material e transmissão do direito	392
266. Ultradisposição de direitos derivados	393
267. A situação nas meras autorizações	395

CAPÍTULO IV

Publicidade

268. Situação	397
269. O registo da propriedade literária	398
270. Efeitos substantivos do registo	400
271. A eficácia contra terceiros	401
272. O registo prévio por pseudo-adquirente	404
273. Impedimentos ao efeito atributivo	406
274. Efeitos substantivos do registo e sua crítica	407
275. Legitimidade	408
276. Registo de jornais e outras publicações periódicas	410

CAPÍTULO V

Extinção

277. Modalidades	412
278. Renúncia	413

CAPÍTULO VI

Formalidades

	Págs.
279. O princípio da isenção de formalidades	414
280. Os direitos conexos	415

CAPÍTULO VII

Autonomia privada

SECÇÃO I

Em geral

281. A abertura à autonomia privada	417
282. Os negócios na lei portuguesa	418
283. Atipicidade dos negócios	419
284. Tipicidade do conteúdo	420
285. A encomenda de obras literárias e artísticas: qualificação	421
286. O contrato «primário» de Direito de Autor	423
287. A exigência de forma escrita	424
288. Significado	425
289. Onerosidade	426
290. Disposições de obras futuras	428
291. Disposições expressas, implícitas e tácitas	429
292. Interpretação	431
293. «A disposição funcional»	432
294. Ultradisposições	434
295. Natureza das vinculações	434
296. As condições de exercício	436
297. Oponibilidade a terceiros	437

SECÇÃO II

Edição

298. A noção ampla de edição	439
299. Elementos constitutivos	441
300. Caracterização	442
301. Oneração ou mera autorização?	444
302. Objecto	445
303. A edição de obra futura	446
304. Forma	448
305. Retribuição	448
306. Obrigações do autor	449
307. A reprodução	451
308. A exploração da obra	452
309. Constituição, transmissão e modificações	454
310. Tutela	455

Págs.

311. Extinção	456
312. Apreciação	458

SECÇÃO III

Representação

313. Configuração	459
314. Obrigações e direitos do empresário	460
315. Vicissitudes	461

SECÇÃO IV

Fixação fonográfica e videográfica

316. Caracterização do contrato	462
317. Regime	464

SECÇÃO V

Tradução

318. Equacionamento	465
319. Configuração	466
320. O contrato celebrado com um editor	467
321. Índole dos direitos derivados	468

SECÇÃO VI

Contrato de reprodução de obras de artes plásticas,
gráficas e aplicadas

322. Regime legal	470
-------------------	-----

SECÇÃO VII

Contratos de recitação e execução

323. Remissão	471
---------------	-----

CAPÍTULO VIII

Regimes especiais

SECÇÃO I

Introdução

324. Modalidades. Informática e direito de autor	472
--	-----

SECÇÃO II

Programa de computador

325. A imposição comunitária da tutela por um direito de autor	473
326. Posição a adoptar	474

SECÇÃO III

A utilização de obras por computadores

Págs.

327. A obra fornecida ao computador	476
328. A armazenagem ou fixação de obras	478
329. Funções do computador	480
330. A apresentação visual	481
331. Conclusão sobre o direito português actual	483
332. O acento na memorização ou fixação das obras	484
333. A liberdade de utilização e a generalidade da remuneração	485

SECÇÃO IV

A protecção das bases de dados

334. Os pressupostos	486
335. Crítica da tutela pelo direito de autor	488
336. A tutela específica	489

SECÇÃO V

A obra de arte plástica

337. O significado do exemplar original	490
338. A exposição	492
339. O desenho e a fotografia da obra	493
340. Reprodução: remissão	495

SECÇÃO VI

Obras das artes aplicadas

341. Regime especial	495
342. Relação com o Direito Industrial	496

SECÇÃO VII

A obra de arquitectura

343. Autonomia, obra, autoria	498
344. Aspectos do regime	499

SECÇÃO VIII

Obras fotográficas

345. A fotografia e o processo mecânico	500
346. Fotografia e arte	502
347. Reprodução fotográfica	504
348. A atribuição de direitos	504
349. Faculdades de ordem patrimonial	506
350. Limites na tutela	507

Págs.

351. As menções do nome do autor e da data	509
352. Repercussão do objecto sobre o regime da fotografia	510

SECÇÃO IX

A obra cinematográfica

353. Obra audiovisual e obra cinematográfica	512
354. Qualificações em abstracto possíveis	513
355. A obra cinematográfica não é obra de colaboração	514
356. Qualificações rejeitadas. A figura do produtor da obra cinematográfica	516
357. O produtor	518
358. A repartição anómala das faculdades compreendidas na autoria	519
359. As ultra-utilizações	521
360. O produtor e a exploração económica da obra	522
361. Faculdades de exploração económica	523
362. A lei portuguesa	524
363. Regime	526
364. O contrato de produção cinematográfica	527
365. A exploração económica da obra	529
366. Obras análogas à obra cinematográfica: a obra televisiva	530
367. A obra e a produção videográfica	532

SECÇÃO X

Obras publicitárias

368. As previsões legais	533
369. Situação dos vários intervenientes	534

SECÇÃO XI

Jornais e outras publicações periódicas

370. Atribuição e utilização separada das contribuições	536
371. Venda por assinatura: remissão	538
372. Título de jornal ou outra publicação periódica	538

PARTE IV

OS DIREITOS CONEXOS

CAPÍTULO I

Generalidades

373. O problema do artista intérprete ou executante	543
374. A intervenção dos produtores de fonogramas e de videogramas e dos organismos de radiodifusão	544

	Págs.
375. A lei portuguesa; tipos acolhidos	546
376. Direito do editor	547
377. Terminologia	548
378. Configuração	549

CAPÍTULO II

Artistas intérpretes ou executantes

379. O problema do âmbito da categoria	551
380. A interpretação como género	552
381. Artista e obra interpretada	554
382. Natureza da interpretação	555
383. Prestações abrangidas	557
384. O direito de impedir	559
385. Utilizações livres e direitos de remuneração	561
386. Direitos pessoais	563
387. Duração e vicissitudes	564

CAPÍTULO III

Produtores de fonogramas ou de videogramas

388. A determinação do bem jurídico que se protege	566
389. Objecto e fundamento da protecção	568
390. Regime jurídico	569
391. A distribuição	571
392. A importação e a exportação	572
393. A fiscalização	572
394. Identificação do fonograma ou videograma	573
395. A autentificação e selo dos fonogramas e a classificação e etiqueta dos videogramas	574
396. Duração	575

CAPÍTULO IV

Organismos de radiodifusão

397. A emissão e o bem jurídico tutelado	577
398. Conteúdo	579
399. Duração	581

CAPÍTULO V

Disposições comuns
aos três grupos de beneficiários previstos

400. Regras do Direito de Autor	582
401. Aplicações. Forma	583

	Págs.
402. Presunção de anuência	584
403. Âmbito internacional de protecção	585
404. Critérios de conexão à lei portuguesa	586
405. Utilizações livres e licenças compulsivas	587
406. Retroactividade	588

CAPÍTULO VI

Direito ao espectáculo

407. Problema e resposta a nível mundial	590
408. A situação em Portugal. As fontes	591
409. Conteúdo	593
410. A lei portuguesa	594
411. Duração	596

CAPÍTULO VII

O título da obra

412. Classificação dos títulos	599
413. Não confundibilidade	601
414. O título e a obra	602
415. Regimes especiais	603

PARTE V

TUTELA E NATUREZA

TÍTULO I

TUTELA

416. Colocação do tema	607
----------------------------------	-----

CAPÍTULO I

Tutela Civil

417. A compensação por lesão enorme: caracterização	609
418. Colocação	611
419. Revisão ou indemnização?	612
420. Sujeito passivo	614
421. Os sucessores	615
422. Conclusão	617
423. A generalidade da tutela civil	617

	Págs.
424. A tutela do direito absoluto	618
425. Providências cautelares	619
426. Garantias de créditos	620
427. Direito à fiscalização	621
428. Direitos à informação e à prestação de contas	622
429. Responsabilidade civil	623
430. Os danos «morais» ou não patrimoniais	624
431. Danos emergentes e lucros cessantes	625
432. Direitos ao lucro e apreensão cautelar	626
433. Haverá um direito do autor ao lucro?	627
434. A pena civil	630
435. Regime	631
436. A apreensão	632
437. Quadro das sanções previstas	633

CAPÍTULO II

Tutela Penal

438. A tutela penal: remissão	635
-------------------------------	-----

CAPÍTULO III

Tutela Administrativa

439. Intervenção preventiva	636
440. O condicionamento	637
441. Intervenções repressivas	639
442. A intervenção em matéria de fonogramas e videogramas	641

CAPÍTULO IV

Direito de Autor e Processo

443. A inexistência de um Direito Processual de Autor	643
444. O tribunal arbitral	644

TÍTULO II

ESTRUTURA E NATUREZA JURÍDICA

CAPÍTULO I

Estrutura

445. Razão de ordem	646
446. A tese pluralista	647

	Págs.
447. A lei portuguesa	648
448. Crítica	650
449. Teorias dualistas	652
450. Teorias monistas	653
451. Comprovação pelo regime legal. A — Elasticidade	655
452. B — Prorrogações do prazo	656
453. C — Novos modos de utilização	657
454. D — Comunhão matrimonial de bens	658
455. Consolidação dos resultados procedentes	658
456. A tripartição dos núcleos	660
457. Direito pessoal e direito personalíssimo	662
458. Os direitos de remuneração	663
459. Estrutura dos direitos conexos	665

CAPÍTULO II

Natureza jurídica

460. Programa	667
461. Objecto do direito pessoal	668
462. Prolegómenos da determinação da natureza	670
463. O direito de personalidade	671
464. Teorias patrimonialísticas	673
465. A insusceptibilidade de apropriação exclusiva	674
466. A propriedade espiritual ou intelectual	676
467. A diversidade de regime	677
468. O direito <i>sui generis</i>	679
469. O objecto	680
470. O direito de exclusivo	682
471. Relação com o direito pessoal	684
472. Observações conclusivas	685
473. Os direitos conexos ao direito de autor	686

PARTE VI

A GESTÃO COLECTIVA

474. A gestão colectiva necessária	691
475. A distorção do direito do autor pela gestão colectiva	692
476. Ente de gestão, mandato e representação	694
477. A procuração	694
478. A desprotecção total do autor perante a entidade de gestão	696
479. O art. 218.º Remissão	698

PARTE VII

DIREITO DE AUTOR E DIREITO COMUNITÁRIO

Págs.

480. As incidências	701
---------------------	-----

CAPÍTULO I

Não discriminação

481. Equação do problema	703
482. Apreciação de hipóteses singulares	705
483. A suficiência da ressalva das convenções internacionais	706

CAPÍTULO II

Exclusivo comercial e concorrência comunitária

484. Os institutos em confronto	708
485. Os conflitos e os critérios de solução	709
486. A livre circulação de mercadorias	711
487. Acordos entre empresas e abuso de posição dominante	713

CAPÍTULO III

Harmonização dos direitos

488. O movimento em curso	715
489. Propostas actuais	716
490. A adesão às Convenções de Berna (Acto de Paris) e de Roma (1961)	718
491. A proposta de directriz sobre direito de autorizar a locação e o comodato e sobre certos direitos vizinhos	719
492. Proposta relativa aos direitos conexos	721
493. Outros domínios de acção previstos	722

ABREVIATURAS	725
--------------	-----

BIBLIOGRAFIA DO AUTOR	727
-----------------------	-----

ÍNDICES

Índice Bibliográfico	735
Índice Ideográfico	745
Índice Geral	759

 **Coimbra Editora**
grupo Wolters Kluwer

Lisboa:
Torres de Lisboa
Rua Tomás da Fonseca
Torre G - 5.º A
1600-209 Lisboa

Coimbra:
Edifício Coimbra Editora
Ladeira da Patila, n.º 10
Antanhol — 3040-574 Coimbra